

BANCO CLÁSSICO S/A.
CNPJ: 31.597.552/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Clássico S. A. iniciou suas atividades em 1989, estando no mercado há 27 anos. Sua principal atuação consiste na aplicação de recursos próprios no mercado financeiro através de Títulos Públicos Federais de longo prazo, e através de fundos no mercado de títulos e valores mobiliários em ações de empresas nacionais, principalmente do ramo de energia.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, instituído pelo BACEN.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável.

A Companhia está apresentando as demonstrações contábeis individuais da controladora (Banco Clássico) e consolidadas.

As demonstrações contábeis da controladora e do consolidado, foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - IFRS, as quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e pelo BACEN (Resolução 4.280/13 e Circular 3.472/09).

As práticas contábeis adotadas no Brasil incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09, conjugadas com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do órgão regulamentador Banco Central do Brasil - BACEN.

O consolidado atende as normas estabelecidas pela Resolução 4280 de 31 de outubro de 2013 e Circular 3701 de 13 de março de 2014 do Banco Central do Brasil (Conglomerado Prudencial).

Como principais normas homologadas pelo órgão regulamentador, dispomos abaixo, e aplicadas quando em face de enquadramento na norma:

- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro;
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- CPC 05 – Divulgação de Partes Relacionadas;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações;
- CPC 24 – Evento Subsequente;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados

Para melhorar o efeito de comparabilidade as Demonstrações Contábeis foram organizadas lateralmente, controladora e consolidado.

Todas as demonstrações foram preparadas em separado, exceto a Demonstração de Mutação de Patrimônio Líquido e a Demonstração do resultado Abrangente (DRA), pois, ambas são iguais, controladora e consolidado.

Todas as demonstrações contábeis, controladora e consolidado, foram preparadas de acordo com as normas internacionais (IFRS), e as práticas adotadas no Brasil divulgadas através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

São adotadas as práticas contábeis previstas pela Lei das S/A, sendo as principais:

A) Os resultados das operações são apurados pelo regime de competência.

B) As aplicações interfinanceiras

As aplicações financeiras devem ser classificadas nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação a valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda.

Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

C) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (TVM) – Através das circulares nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 e 3.082, de 30 de janeiro de 2002, o Banco Central do Brasil estabeleceu novos critérios de avaliação e classificação contábil dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, que estão sendo observados.

D) Negociação e Intermediação de Valores - Demonstradas pelo valor das operações de compra/venda realizadas junto as Bolsas de Valores, por conta própria ou de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

E) Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa constituída de acordo com as normas e instruções estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

F) Permanente

Imobilizado de Uso - Estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear com base em taxas anuais variáveis de 10% (moveis e Equipamentos de Uso) e 20% (Equipamento de Processamento de Dados).

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do período em que o ativo for baixado.

G) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 15%, conforme legislação em vigor.

NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS (CONTINUAÇÃO)

H) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas, pelos consultores jurídicos do Banco, como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e
- Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de perda.

I) Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) por ação, quando aplicável, é calculado considerando-se o número de ações em circulação na data de encerramento do período.

Estes valores são calculados com base no número de ações em circulação na data do balanço.

J) Em atendimento ao que determina a Circular 2.804 do Banco Central do Brasil, registra-se levantamentos efetuados pela RFB relativos a 4 processos sobre PIS/COFINS, cujo montante de principal é da ordem de R\$32 milhões, para os quais o Banco obteve liminar em Mandado de Segurança por representarem débitos oriundos de dispositivos considerados inconstitucionais pelo STF.

NOTA 4 - PARTICIPAÇÕES RELEVANTES EM OUTRAS SOCIEDADES

A Companhia possui 100% da totalidade das cotas do **BANCLASS Fundo de Investimento em Ações e do Fundo de Investimento de Ações Dinâmica Energia** que por sua vez possui 99,99% da **Cia Dinâmica Energia S/A**, caracterizando desta forma controle na tomada de decisões de ambas as companhias.

Os Investimentos no BANCLASS Fundo de Investimento em Ações e no FIA Dinâmica estão classificados no ativo do Banco Clássico na rubrica “Fundos de Investimento” enquanto que a Dinâmica Energia encontra-se classificado no ativo do FIA Dinâmica Energia.

NOTA 5—DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

O resultado abrangente é calculado ajustando-se o resultado do exercício acrescido ou diminuído do ganho ou perda do ajuste a valor de mercado na data do balanço e seus tributos devidos, tributos estes classificados na rubrica “impostos diferidos” e está sendo apresentado em quadro específico nas demonstrações financeiras.

NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (CONTINUAÇÃO)

CONSOLIDADO

Carteira Própria:	12.2015 R\$ Mil	12.2014 R\$ Mil
LFT	49.600	36.980
Cotas de Fundos	835	6
Ações de Companhias Abertas	1.992.613	2.082.830 ⁽¹⁾
Total	2.043.048	2.119.816
Vinculados ao Banco Central		
LFT	4.045	-
Total	4.045	-
Vinculados a Prestação de Garantias		
Ações de Companhias Abertas	2.185.850	2.200.291
Ajuste ao Valor de Mercado		
Total	2.185.850	2.200.291
Total Geral	4.232.943	4.320.107 ⁽¹⁾

(1) **Reclassificação 31.12.2014:** Tendo em vista o critério utilizado na consolidação de 31.12.2014, eliminação do valor que representa, no ativo do Fia Dinâmica (100% controlado pelo Banco Clássico) as ações de sua controlada Dinâmica Energia S/A.

NOTA 8 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Os recolhimentos correspondentes representam recursos em operações típicas de crédito rural:

CONTROLADORA

Créditos Vinculados	12.2015 R\$ Mil	12.2014 R\$ Mil
Recolhimento de Recursos do Crédito Rural	-	10
Total	-	10

CONSOLIDADO

Créditos Vinculados	12.2015 R\$ Mil	12.2014 R\$ Mil
Recolhimento de Recursos do Crédito Rural	-	10
Total	-	10

NOTA 9 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Durante os exercícios findos em Dezembro/2015 e Dezembro/2014 não ocorreram operações de crédito no Banco Clássico.

NOTA 10 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Estão representados substancialmente pela Interposição de recursos Fiscais e Recursos Retidos pela CBLC.

CONTROLADORA

Rendas a receber	12.2015 R\$ Mil	12.2014 R\$ Mil
Dividendos e Juros s/Capital Próprio de Companhias Abertas	26.688	18.953
Total	26.688	18.953
Diversos		
Interposição Recursos Fiscais	-	4.486
Recursos Trabalhistas	1.145	1.145
Massa Falida de Barros e Barros Adm. de Consórcios	300	300
Impostos a compensar	2.323	256
Títulos Livres a Receber	74.740	74.740
Total	78.508	81.287
Total Geral	105.196	100.240

NOTA 10 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS (CONTINUAÇÃO)

CONSOLIDADO

	12.2015 R\$ Mil	12.2014 R\$ Mil
Rendas a receber		
Dividendos e Juros s/Capital Próprio de Companhias Abertas	30.691	31.327
Outras Rendas	-	8
Total	30.691	31.335
Diversos		
Interposição Recursos Fiscais	-	4.845
Recursos Trabalhistas	1.145	1.145
Massa Falida de Barros e Barros Adm. de Consórcios	300	300
Impostos a compensar	2.933	1.010
Títulos Livres a Receber	74.740	74.740
Total	79.118	82.040
Negociação e Intermediação de Valores		
Negociação e Intermediação de Valores	-	336.197
Total	-	336.197
Total Geral	109.809	449.573

NOTA 11 – ATIVO PERMANENTE

Os bens que constituem o permanente da companhia apresentam-se devidamente corrigidos pela variação da UFIR, até 31 de dezembro de 1995, e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida fixado por espécie de bem. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a composição do Ativo Permanente é a seguinte:

CONTROLADORA

Imobilizado de Uso	12.2015 R\$ Mil	12.2014 R\$ Mil
Imóveis de Uso	328	156
(-) Depreciação Acumulada Imóveis de Uso	(115)	(108)
Móveis e Equipamentos de Uso	14	12
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso	(8)	(7)
Sistema de Comunicação	19	20
(-) Depreciação Acumulada Sistema de Comunicação	(12)	(10)
Processamento de Dados	99	94
(-) Depreciação Acumulada Processamento de Dados	(76)	(71)
Total	249	86

NOTA 12 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia está autorizada a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. A administração desses riscos é efetuada através da determinação de limites e do estabelecimento de estratégias de operação. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro 2014. A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 13- OUTRAS OBRIGAÇÕES

CONTROLADORA

Títulos	12.2015 R\$ Mil	12.2014 R\$ Mil
Arrecadação Tributos e Assemelhados		
Sociais e Estatutárias:		
Dividendos a Pagar	16.914	27.986
Juros s/Capital Próprio a Pagar	26.775	21.505
Total	43.689	49.491
Fiscais e Previdenciárias:		
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	5.293	7.501
Impostos e Contribuições a Recolher	1.331	1.773
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	973.327	1.117.668
Total	979.951	1.126.942
Diversos:		
Credores Diversos	74.740	74.740
Total	74.740	74.740
Total Geral	1.098.380	1.251.173

NOTA 13- OUTRAS OBRIGAÇÕES (CONTINUAÇÃO)

CONSOLIDADO

Títulos	12.2015 R\$ Mil	12.2014 R\$ Mil
Arrecadação Tributos e Assemelhados		
Sociais e Estatutárias:		
Dividendos a Pagar	17.068	27.896
Juros s/Capital Próprio a Pagar	26.775	22.080
Total	43.843	50.066
Fiscais e Previdenciárias:		
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	5.591	7.702
Impostos e Contribuições a Recolher	1.337	1.773
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	973.337	1.117.668
Total	980.265	1.127.143
Diversos:		
Provisão para Pagamentos a Efetuar	16	16
Taxa de Administração	174	201
Credores Diversos	74.740	74.740
Total	74.930	74.957
Total Geral	1.099.038	1.252.166

NOTA 14 - RECEITAS

As principais receitas estão assim distribuídas:

CONTROLADORA

	12.2015 R\$ Mil	12.2014 R\$ Mil
Receitas Financeiras		
Operações Compromissadas	979	2.785
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Fixa	2.689	2.862
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Variável	98.548	109.040
Despesas de Captação	(10)	-
Total	102.206	114.687
Receitas de Serviços Prestados		
Outros Serviços	7	3
Total	7	3
Outras Receitas		
Reversão de Provisão	-	-
Outras	28	343
Total	28	343
Total Geral	102.241	111.033

NOTA 14 - RECEITAS (CONTINUAÇÃO)

CONSOLIDADO

	12.2015 R\$ Mil	12.2014 R\$ Mil
Receitas Financeiras		
Operações de Crédito	4.567	379
Operações Compromissadas	92.338	113.714
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Fixa	4.497	4.213
Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(6)	-
Lucro/Rendas de Títulos de Renda Variável	1.366.940	1.105.293
Prejuízos com Títulos de Renda Variável	(1.363.772)	(1.105.244)
Despesas de Captação e Empréstimos	(22)	-
Total	104.542	118.355
Receitas de Serviços Prestados		
Outros Serviços	7	3
Total	7	3
Outras Receitas		
Reversões de Provisão	-	-
Outras	82	390
Total	82	390
Total Geral	104.631	118.748

NOTA 15 - OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

CONTROLADORA

Outras Despesas Administrativas	12.2015 R\$ Mil	12.2014 R\$ Mil
Despesas de água, energia e gás	19	12
Despesas de aluguéis	159	126
Despesas de comunicações	145	154
Despesas de contribuições filantrópicas	-	10
Despesas de manutenção e conservação de bens	14	24
Despesas de material	5	5
Despesas de processamento de dados	311	292
Despesas de publicações	110	67
Despesas de serviços do sistema financeiro	82	78
Despesas de serviços de terceiros	7	6
Despesas de serviços técnicos especializados	834	627
Despesas de transporte	22	14
Despesas de viagem	47	133
Despesas de depreciação	17	12
Outras Despesas Administrativas	164	163
Total	1.936	1.723

CONSOLIDADO

Outras Despesas Administrativas	12.2015 R\$ Mil	12.2014 R\$ Mil
Despesas de água, energia e gás	19	12
Despesas de aluguéis	159	126
Despesas de comunicações	145	154
Despesas de contribuições filantrópicas	0	10
Despesas de manutenção e conservação de bens	14	24
Despesas de material	5	5
Despesas de processamento de dados	311	292
Despesas de publicações	148	103
Despesas de serviços do sistema financeiro	278	307
Despesas de serviços de terceiros	6	6
Despesas de serviços técnicos especializados	960	772
Despesas de transporte	22	14
Despesas de viagem no país	47	133
Despesa de Taxa d Administração de Fundo	1.700	2.522
Despesas de depreciação	17	12
Outras Despesas Administrativas	167	168
Total	3.998	4.660

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O Capital Social, subscrito e integralizado no valor de R\$2.858.029.592,48, está representado por 745.686.601 (setecentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, seiscentos e uma) ações nominativas, sem valor nominal, de propriedade de domiciliados no país e ordinárias.

b) Reserva legal

Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social.

c) Distribuição de lucros

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em abril de 2015 o Banco Clássico formalizou junto ao Banco Central do Brasil o pedido de aumento de capital no valor de R\$107.616 Mil, o referido aumento não está vinculado a emissão de novas ações.

NOTA 17–PARTES RELACIONADAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 não foram registradas transações entre partes relacionadas.

NOTA 18 – COMPLIANCE

a) Controles Internos - o Sistema de Controles Internos do Banco Clássico é gerenciado em observância às normas estabelecidas pelo CMN e Banco Central do Brasil, Resolução 2.554/98 e atualizações e Circular 3.467/09.

Em 2015 prosseguiu-se à implementação do Sistema de Controles Internos, contemplando as atualizações necessárias, dos procedimentos para fortalecer os controles do Banco nas atividades da Ouvidoria, do Cadastro, da Prevenção à Lavagem de Dinheiro, da Tecnologia de Informações, da Mesa de Operações, do Gerenciamento de Riscos, além dos procedimentos de suporte e prevenção do Plano de Continuidade de Negócios.

O relatório semestral de avaliação do Sistema de Controles Internos do 2º semestre de 2015, apontou a recomendações de aprimoramento, tendo-se aplicado as ações cabíveis para implementação de melhorias dos controles.

O ambiente de controle reflete a postura da instituição frente aos riscos operacionais, de mercado, de crédito e de liquidez, mediante políticas, procedimentos e uso de práticas adequadas, definição de alçadas e responsabilidades em todos os níveis organizacionais.

b) Estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacionais - o modelo de gerenciamento do risco operacional do Banco Clássico, mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 3.380/06 e atualizações, que define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Inclui-se nesta definição o risco legal associado à deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A estrutura está integrada com o sistema de controles internos e capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar os eventos de riscos operacionais inerentes aos seus negócios.

Os manuais e normas pertinentes encontram-se disponíveis nas dependências da instituição, conforme determinado no art 4º da Resolução CMN nº 3.380/06.

O relatório anual contendo a descrição completa da estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacionais, conforme determinado no art 4º da Resolução 3.380/06, está disponível nas dependências da instituição.

c) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado - o modelo de gerenciamento do risco de mercado do Banco Clássico, mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 3.464/07 e atualizações, que define como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela instituição, incluindo-se os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos preços das ações. A política da instituição, em termos de exposição ao risco de mercado é conservadora, com limites definidos e validados pela Diretoria Executiva, sendo o cumprimento deste, acompanhado diariamente. Dessa forma, a estrutura de gerenciamento do risco de mercado da empresa está apta a avaliar e monitorar os riscos associados garantindo eficiência na gestão desses riscos, controlando ainda, o PRE (Patrimônio de Referência Exigido) de sua carteira conforme determina a Resolução n.º 4.193/13 do CMN.

O relatório anual contendo a descrição completa da estrutura de Gerenciamento de Riscos de Mercado, conforme determinado no art 6º da Resolução 3.464/07, está disponível nas dependências da instituição.

d) Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Crédito - o modelo de gerenciamento do risco de crédito do Banco Clássico, mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 3.721/09 e atualizações, que determina a implementação de estrutura de gerenciamento do risco de crédito compatível com a natureza das suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da instituição.

A Resolução CMN nº 3.721/09, define como risco de crédito, como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A estrutura está integrada com o sistema de controles internos e capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar os eventos de riscos de crédito.

A documentação pertinente encontra-se disponível nas dependências da instituição, conforme determinado no art 4º parágrafo 2º da Resolução CMN nº 3.721/09.

O relatório anual contendo a descrição completa da estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacionais, conforme determinado no art 7º da Resolução 3.721/09, está disponível nas dependências da instituição.

e) Risco de Liquidez - o modelo de gerenciamento do risco de liquidez do Banco Clássico, mantém-se adequadamente estruturado e em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 4.090/12 e atualizações, que define como risco de liquidez a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, corrente e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura está integrada com o sistema de controles internos e capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar os eventos de riscos de liquidez.

O Banco mantém carteira de aplicações em títulos de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional, que garantem suficientemente suas obrigações, mantidas em nível mínimo, por se tratar de banco não alavancado, concentrando os controles diários no acompanhamento dos limites mínimos de caixa, estabelecidos pela Diretoria, os quais permitem que ações prévias sejam adotadas para garantir um caixa seguro e rentável.

A documentação pertinente encontra-se disponível nas dependências da instituição, conforme determinado no art 6º da Resolução CMN nº 4.090/12.

f) Gerenciamento de Capital – o modelo de gerenciamento de capital do Banco Clássico é estruturado em conformidade com a Resolução CMN nº 3988/11 e atualizações. A estrutura é adequada à complexidade de suas operações, e objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto.

A Resolução 3988/11 define o gerenciamento de capital como o processo contínuo de: a) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e c) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

A documentação pertinente encontra-se disponível nas dependências da instituição, conforme determinado no art 12 da Resolução CMN nº 3.988/11.

O relatório anual contendo a descrição completa da estrutura de Gerenciamento de Capital, conforme determinado no art 7º da Resolução 3.988/11, está disponível nas dependências da instituição.

g) Política de Remuneração – a política de remuneração do Banco Clássico é estruturada em conformidade com a Resolução CMN nº 3921/10.

A Resolução 3921/10, define como remuneração o pagamento efetuado em espécie, ações, instrumentos baseados em ações e outros ativos, em retribuição ao trabalho prestado, compreendendo remuneração fixa, representada por salários, honorários e comissões, e remuneração variável, constituída por bônus, participação nos lucros e outros incentivos associados ao desempenho.

A política de remuneração dos administradores do Banco é compatível com a política de gestão de riscos, formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco e determinada independentemente do desempenho das áreas de negócio, de forma a não gerar conflitos de interesse.

h) A Ouvidoria, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor, mantendo-se adequadamente estruturada e em conformidade com as disposições das Resoluções CMN nº 3.849/10 e 4433/15 e atualizações.

Não há registro de recebimento de qualquer manifestação de clientes. As informações e documentação pertinente da Ouvidoria, conforme determinado no art 7º parágrafo único da Resolução 3.849/10 está disponível nas dependências da instituição.

i) O Comitê de Auditoria, órgão colegiado, instituído em atendimento a regulamentação do Sistema Financeiro, Resolução 3198/04 e atualizações, avaliou, nesse período, o sistema de controles internos e concluiu que o mesmo tem sido objeto de permanente atenção por parte da administração e, vem sendo aprimorado e mostra-se efetivo e adequado às necessidades dos negócios da Instituição. Da mesma forma foram analisados os trabalhos realizados pelos Auditores Externos, não sendo identificados fatos que pudessem prejudicar a sua atuação.

O relatório semestral do Comitê de Auditoria, conforme determinado no art 17 e em seu parágrafo 1º, do regulamento anexo à Resolução 3.198/04, está disponível nas dependências da instituição.

NOTA 19 – EVENTO SUBSEQÜENTE

De acordo com a deliberação CVM nº 505, a Companhia declara que não houve eventos posteriores a este exercício que impactaram de forma relevante as operações e plano de negócio aprovados pela companhia.